



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.817 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 2 A 8 DE NOVEMBRO DE 2025  
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

AGRO

# Goiás recebe nova indústria de etanol de milho



Governador Ronaldo Caiado participou do lançamento da pedra fundamental da nova biorrefinaria de etanol de grãos da Inpasa, a ser instalada em Rio Verde. A empresa pretende investir R\$ 2,4 bilhões na construção da unidade. **Página 8**

## ESCOLA

### Medida pode deixar milhares sem acesso



A Política de Educação Especial Inclusiva impacta um 14,4 milhões de pessoas com deficiência, além de 2,4 milhões de pessoas com autismo. **Página 11**

ENTREVISTA

### CORONEL CLÁUDIA LIRA

Prefeita interina de Goiânia

## “Nosso desafio é impedir que o crime organizado se estabeleça em Goiás”



Claudia Lira avalia a presença do crime organizado em Goiás e Goiânia e diz que há uma diferença em como esses criminosos se estabelecem fora do Rio de Janeiro, pois não conseguem delimitar território de domínio. **Páginas 4 e 5**

CASTA

### Teto virou piso



100% dos promotores e procuradores do Ministério Público de Goiás ganham acima do teto constitucional. **Página 10**

DIVERSÃO E ARTE

### Vaca Amarela chega à sua 24ª edição



Sem patrocínios ou leis de incentivo, o festival mantém seu espírito autêntico e colaborativo. **Página 12**

TRIBUNA POLÍTICA

Propaganda

Deputados federais goianos gastam até 82% da cota parlamentar para divulgar o mandato. **Página 12**

HERIVELTO NUNES

Aparecidense pode encerrar atividades

“Ou viramos uma SAF ou fechamos as portas”, afirma presidente do Clube, Wilson Passarinho. **Página 12**

ALEGO

Economia vai analisar PL de shows

Diligência externa serve para reunir informações adicionais consideradas essenciais à tramitação do projeto. **Página 7**

## ARTIGO

Projeto Antifacção: Avanço, **modernização** ou **mero punitivismo?**

O Projeto de Lei Antifacção, apresentado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, foi apresentado como uma resposta ao avanço das facções criminosas no Brasil. Ainda de acordo com Lewandowski, a proposta visa atualizar e endurecer a legislação penal, processual e administrativa, com foco central no agravamento das penas e na descapitalização do crime organizado. No entanto, o projeto levanta debates importantes sobre a eficácia de tais medidas e os potenciais riscos de se adotar um viés punitivista como principal estratégia de combate ao crime.

O cerne do Projeto Antifacção reside no aumento significativo das penas e na criação de novos tipos penais, como a "organização criminosa qualificada", cuja pena pode variar de 8 a 15 anos de prisão, tornando-o crime hediondo e inafiançável. Para líderes e/ou autores de crimes mais graves, as penas podem chegar a até 30 anos de reclusão. Além disso, há previsão de agravamento de pena em situações específicas, como o envolvimento de agentes públicos, uso de armas restritas bem como quando da participação de menores de idade.

A lógica do endurecimento das penas como instrumento de combate à criminalidade é antiga no Brasil, contudo sua eficácia é questionável. Diversos estudos apontam que o aumento da pena, por si só, não reduz os índices de criminalidade, principalmente quando não há investimentos em prevenção, inteligência policial e, além de tudo, políticas sociais efetivas. O risco de se recorrer ao

punitivismo reside na falsa sensação de segurança de que "retirar o criminoso da rua reduz o crime". Nem reduz e ainda criam outros problemas como a superlotação carcerária, e isso contribui ainda mais para o fortalecimento das organizações criminosas.

Mas o projeto traz debates importantes tais como a necessidade de descapitalização acelerada das organizações criminosas, com a criação do Banco Nacional de Organizações Criminosas e a facilitação da apreensão de bens, direitos e valores ligados à atividade ilícita. O projeto prevê a perda extraordinário de bens, mesmo em casos de absolvição ou arquivamento do inquérito, ampliando o poder do Estado de retirar recursos financeiros dos grupos criminosos. Ou seja, propõe levar a cabo a máxima "follow the Money" (seguir o dinheiro).

Entendemos que tal medida é positiva ao mirar diretamente na estrutura econômica das facções, dificultando sua capacidade de financiar operações ilegais e corromper agentes públicos. No entanto, é preciso cautela para garantir que o devido processo legal seja respeitado, evitando abusos e injustiças, especialmente contra terceiros de boa-fé. A transparência e o controle judicial rigoroso devem ser condições fundamentais para evitar arbitrariedades e isso ainda não ficou bem evidenciado tendo em vista que foi apresentado apenas a minuta junto à Casa Civil e após sua efetiva apresentação na Câmara dos Deputados é que se poderia ter um vislumbre mais completo dos elementos fáticos da proposta ou

mesmo se haverá previsão acerca do controle quanto às ações a serem desenvolvidas.

O projeto também propõe ampliar as ferramentas investigativas, permitindo infiltração de agentes, constituição de pessoas jurídicas fictícias e acesso facilitado a dados digitais de investigados por meio de provedores de internet, empresas de tecnologia e instituições financeiras. Essa atualização dos métodos investigativos é positiva e imprescindível diante da sofisticação das facções, que utilizam tecnologia e redes de comunicação para ampliar sua influência.

Todavia, ressalta-se que a flexibilização do acesso a dados pessoais e o aumento do poder investigativo do Estado trazem preocupações quanto à privacidade e aos direitos individuais. Assim compreendemos que, faz-se necessário encontrar um equilíbrio entre a efetividade da investigação e o respeito às garantias constitucionais, pois o risco de vigilância excessiva e de vazamento de informações sensíveis não pode ser negligenciado sob nenhum aspecto. Sendo assim esperamos também que, por meio das discussões vindouras a partir da apresentação efetiva do Projeto de Lei essas lacunas sejam preenchidas efetivamente.

Outra questão bastante importante é o fato de o projeto prever o afastamento cautelar de agentes públicos envolvidos com organizações criminosas, proibição de contratação com o Estado e conseqüentemente a intervenção em pessoas jurídicas suspeitas, além do monitoramento audiovi-

sual de visitas a presos. Tais medidas são bem-vindas ao coibir a infiltração das facções na administração pública e em empresas, setores historicamente vulneráveis à corrupção e cooptação para acesso às instâncias do Estado em seus diversos níveis.

No entanto, importante trazer à baila o fato de que o monitoramento de encontros prisionais exige controle judicial e respeito às garantias fundamentais e, não poderíamos deixar de chamar atenção para o caso de transferência excepcional de presos, quando imprescindível em situações de risco, esta ação precisa ser comunicada imediatamente ao Judiciário para evitar arbitrariedades e violações de direitos.

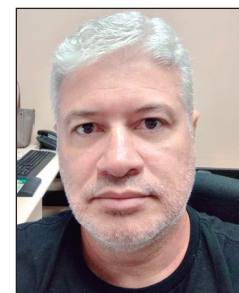
Por fim, a apresentação do Projeto Antifacção tem sido alvo de críticas por supostamente se alinhar ao discurso da direita e ao punitivismo, buscando apoio popular em meio ao clamor por segurança pública. Esse é certamente um tema caro ao Governo atual, mas que dificilmente é capaz de escapar por conta inclusive do desequilíbrio político com que tem que lidar no cenário político brasileiro. E não podemos esquecer que no próximo ano teremos no Brasil mais um embate nas urnas com eleições majoritárias e um projeto de lei com essa temática irá monopolizar em boa parte os debates políticos e ideológicos.

Não podemos deixar de evidenciar que o Projeto Antifacção representa um esforço de modernização da legislação penal, com avanços importantes no combate ao crime organizado, especial-

mente no cerco financeiro e investigativo. No entanto, o foco excessivo no endurecimento das penas e na ampliação do poder estatal exige cautela para que não se perpetuem injustiças, superlotação carcerária e violações de direitos fundamentais.

O enfrentamento eficaz às facções criminosas passa necessariamente por uma abordagem multidisciplinar, que combine repressão qualificada, inteligência policial, controle financeiro, e respeito às garantias constitucionais. É preciso evitar a armadilha do punitivismo simplista e do mero proselitismo político e investir em políticas públicas efetivas que ataquem as raízes do crime organizado, promovendo justiça, cidadania e desenvolvimento.

Isso evidencia que o enfrentamento ao crime organizado é uma pauta transversal, que ultrapassa fronteiras ideológicas e exige soluções integradas, baseadas em evidências e respeito ao Estado de Direito.



**Wesley Carlos da Rocha Ribeiro** – é Mestrando em Sociologia e Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criminalidade e Violência (Necrivi), da Universidade Federal de Goiás (UFG)

## EDITORIAL

A lei, a dignidade **e o dever do Estado**

**G**A tragédia recente no Rio de Janeiro, com mais de 120 mortos na chamada Operação Contenção, expõe de forma contundente o abismo entre o dever constitucional do Estado e a brutalidade de suas práticas. A ação policial, a mais letal da história do país, não pode ser naturalizada como instrumento legítimo de segurança pública. A violência do crime organizado é inaceitável, mas o Estado não pode responder a ela

com métodos que afrontam a própria legalidade que jurou defender.

A reação dos governadores, com a criação do chamado Consórcio da Paz, evidencia o reconhecimento de que o enfrentamento à criminalidade exige integração e cooperação entre as forças policiais e os entes federados. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, destacou, acertadamente, que a corrupção e a violência são

desafios que só se superam com "cooperação real e autonomia dos estados". A integração é essencial, mas a autonomia não pode significar licença para o arbítrio. A Constituição Federal estabelece limites claros: nenhuma política de segurança pode atropelar o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento maior de toda a ordem constitucional, como já afirmou o Supremo Tribunal Federal, por-

que dele decorrem os demais.

O presidente da República também tem razão ao defender uma atuação coordenada e eficaz, capaz de atingir a "espinha dorsal do tráfico" sem colocar inocentes em risco. A tragédia carioca mostra, contudo, que essa linha tênue entre o dever e o excesso continua sendo sistematicamente cruzada. O combate ao crime não se mede pelo número de corpos, mas pela capacidade do Estado de prote-

ger vidas, inclusive as daqueles que cometem crimes.

A segurança pública não será alcançada pela força bruta, mas pela inteligência, pela cooperação e pelo respeito irrestrito à lei. A paz que o país precisa construir não é a do silêncio imposto pela morte, por parte dos criminosos ou dos agentes estatais, e sim a da confiança de que o Estado, quando age, o faz em nome da justiça e nunca contra ela.



Fundado em 7 de julho de 1986  
Estado e impresso por Sistema Planalto  
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente  
Sebastião Barbosa da Silva  
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção  
Cleyton Ataídes Barbosa  
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores  
Andréia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques  
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges  
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br  
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e  
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial  
comercial@tribunadoplanalto.com.br  
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO  
em sintonia com você. Escreva para:  
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe  
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Andreia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

**Tribuna  
Política**

## Crime comum

A 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás decidiu que a queixa-crime apresentada pelo deputado estadual Clécio Alves contra o prefeito Sandro Mabel não deve tramitar na Corte. O relator, desembargador Adegmar José Ferreira, entendeu que as declarações de Mabel à imprensa, em que Clécio foi chamado de "chantagista", têm cunho pessoal e não se relacionam com o exercício da função de prefeito.

## Sem foro

Com o reconhecimento de que o caso não envolve atos administrativos, o TJ-GO afastou o foro por prerrogativa de função de Sandro Mabel e determinou o envio do processo ao Juizado Especial Criminal de Goiânia. O entendimento segue a orientação do Supremo Tribunal Federal, que restringe o foro privilegiado a crimes praticados no cargo e em razão dele.

## Disputa política

Na decisão, a Procuradoria-Geral de Justiça manifestou pela declinação da competência e ponderou que as declarações foram feitas "no âmbito de disputa política sem relação direta com o exercício de suas funções administrativas". O procurador Rafael Simonetti Bueno da Silva observou se tratar de "nítida contenda de cunho pessoal" e que "em nada se relacionam com o mandato exercido por Sandro Mabel".

## Proteção de idosos

Governador veta projeto de lei que criava o Programa da Polícia Militar Patrulha de Proteção à Pessoa Idosa, proposto pelo deputado Ricardo Quirino (Republicanos). Na justificativa, o Executivo estadual destacou parecer contrário da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (Seds), que apontou vício de iniciativa por se tratar de tema de competência privativa do governador. A Secretaria de Segurança Pública (SSP) também se manifestou de forma desfavorável, argumentando que a criação de uma patrulha específica geraria custos adicionais, fragmentaria recursos e impactaria o policiamento ostensivo em unidades com efetivo reduzido.

# Fim da vitaliciedade no STF

Divulgação



O deputado federal José Nelto, do União Brasil, tem defendido na Câmara um novo modelo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Na avaliação do deputado, a indicação feita pelo presidente da República pode comprometer a independência da Corte e alimentar a rejeição popular aos membros. Como solução, José Nelto defende o fim da vitaliciedade, mandatos temporários e seleção por meio das carreiras da magistratura ou do Ministério Público. O deputado acredita que essas mudanças estimulam a renovação e dão maior legitimidade à Suprema Corte.

## OAB contra uso político

As seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) querem impedir o uso político e eleitoral da entidade, obrigando o afastamento de conselheiros e dirigentes de comissões que tenham pré-candidaturas anunciadas e também proibindo manifestações de apoio político em eventos e espaços institucionais da Ordem, inclusive em redes sociais e grupos oficiais. A medida já foi adotada em Goiás e deve se expandir para outros Estados.

## Econômicos

Já o menor gasto entre os titulares foi do deputado Daniel Agrobom (PL), que utilizou R\$ 156 mil, sendo cerca de R\$ 73,6 mil destinados à manutenção de escritório. Em seguida vem Gustavo Gayer (PL), com R\$ 180 mil de cota parlamentar. O principal gasto de Gayer é com locação de veículos R\$ 93,5 mil (51,94%).

Sebastião Barbosa, proprietário da Tribuna do Planalto, comemora aniversário na próxima segunda-feira, 3 de novembro. Ele comemora também o bom momento do jornal e os projetos em andamento para o ano que vem.

## Divulgação de mandato

Levantamento feito com base em dados da Câmara dos Deputados mostra que 12 deputados federais goianos gastaram a maior parte das suas cotas parlamentares com a divulgação das atividades do mandato neste ano.

O maior gasto foi do deputado Célio Silveira (PSD), que aplicou R\$ 295 mil, o equivalente a 82,7% de toda a sua cota, em divulgação. Em seguida aparecem José Nelto (PP), com R\$ 267,4 mil, e Jeferson Rodrigues (Republicanos), com R\$ 266,3 mil. Também se destacam Dr. Ismael Alexandrino (PSD) e Marussa Boldrin (MDB), ambos com valores acima de R\$ 240 mil.

## Novato

O deputado Samuel Santos (PL), que assumiu o mandato em agosto, na vaga de Glaustin da Fokus (PSC), registrou R\$ 87 mil em despesas nos três primeiros meses de atuação, sendo R\$ 45,7 mil (52,55%) voltados à divulgação. Até julho, Glaustin da Fokus havia gasto 72% da cota parlamentar de R\$ 272.871,84 com divulgação da atividade parlamentar.

## Cota parlamentar

A deputada Flávia Moraes (PDT) está entre os parlamentares com maior volume total de gastos, ela usou R\$ 415 mil da cota em 2025, seguida do Professor Alcides (PL), com R\$ 411 mil; Lêda Borges, R\$ 410.803,16 e Jeferson Rodrigues com R\$ 408.281,33. Os dados são da Câmara dos Deputados e consideram os valores reembolsados com a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) até outubro de 2025.

### SAIBA MAIS

#### Gastos dos deputados federais goianos em 2025

Parlamentar	Valor Total da Cota (R\$)	Principal Despesa	Valor da Principal Despesa (R\$)	% da Cota
Professor Alcides	411.050,34	Manutenção de escritório	190.755,92	46,41%
Lêda Borges	410.803,16	Divulgação da atividade parlamentar	220.800,00	53,75%
Jeferson Rodrigues	408.281,33	Divulgação da atividade parlamentar	266.300,00	65,22%
Flávia Moraes	415.147,28	Divulgação da atividade parlamentar	233.000,00	56,13%
Magda Mofatto	397.743,94	Manutenção de escritório	183.669,15	46,18%
Adriano do Baldy	396.396,22	Divulgação da atividade parlamentar	126.700,00	31,96%
Dr. Ismael Alexandrino	393.878,34	Divulgação da atividade parlamentar	242.760,00	61,63%
Dr. Zacharias Calil	376.603,58	Divulgação da atividade parlamentar	164.287,03	43,62%
Célio Silveira	356.622,54	Divulgação da atividade parlamentar	295.000,00	82,72%
Rubens Otoni	354.381,37	Divulgação da atividade parlamentar	191.308,00	53,98%
Marussa Boldrin	353.015,73	Divulgação da atividade parlamentar	246.393,38	69,80%
Delegada Adriana Accorsi	321.766,35	Divulgação da atividade parlamentar	160.199,95	49,79%
José Nelto	341.801,23	Divulgação da atividade parlamentar	267.400,00	78,23%
Silve Alves	340.453,57	Aluguel de veículos	126.600,00	37,19%
Glaustin da Fokus				
+Samuel Santos	359.898,62	Divulgação da atividade parlamentar	242.600,00	67,41%
Gustavo Gayer	180.017,75	Aluguel de veículos	93.500,00	51,94%
Daniel Agrobom	156.010,42	Manutenção de escritório	73.646,56	47,21%

## CORONEL CLÁUDIA LIRA

# “Nosso desafio é impedir que o crime organizado se estabeleça em Goiás”

Andréia Bahia

## TRIBUNA DO PLANALTO

A senhora assumiu a prefeitura, nesses 15 dias de licença do prefeito Sandro Mabel, com o compromisso de dar continuidade às ações da gestão. A quais ações a senhora vem dando continuidade?

## CORONEL CLÁUDIA LIRA

Nós já temos uma agenda a ser cumprida, as de representação do prefeito; eu já tinha a minha agenda e agora eu cumpro as agendas dele, e de participação em eventos. Nós abrimos a FIC Goiás, estivemos também no Seminário de Gestão de Governança Pública do Conselho Regional de Contabilidade, recebemos a visita do embaixador da Irlanda, que tem o objetivo de estreitar o relacionamento da Irlanda com a cidade de Goiânia para relações comerciais, culturais, de educação também; e estamos acompanhando algumas operações, como a retirada dos fios de telefonia e internet dos postes, a partir de um acordo feito entre a prefeitura, o Ministério Público e as empresas de telefonia e internet; os despachos de expediente, que tem constantemente, é basicamente isso. Estamos aguardando os documentos da Câmara sobre o Refis e a LOA e, caso eu ainda esteja na condição de prefeita em exercício, vamos dar seguimento e sancionar. Apesar de o prefeito estar ausente para participar de eventos de interesse da prefeitura em Lisboa, buscando estreitar esse relacionamento e a viabilidade de termos um voo

direto para a cidade de Goiânia, ele vai participar da feira Smart City, em Barcelona, temos conversado diariamente e definindo as prioridades. Abrimos algumas ordens de serviço relacionadas a obras, estamos com uma atenção muito grande na questão da obra da Marginal Botafogo, porque as chuvas estão se aproximando, estamos em contato direto com a Seinfra, e as ações estão acontecendo. As obras estão se desenvolvendo, da sinalização e recuperação do asfalto, e estamos também acompanhando a abertura de projetos e propostas do novo PAC, que são com recursos do Governo Federal para saúde, educação e assistência social. As secretarias estão se organizando para apresentar essas propostas de captação de recursos do Governo Federal. Entregamos 240 unidades de habitação na Região Leste,



Divulgação

parada há 4 anos, que foi retomada agora na gestão e que as obras estão avançando.



**Eencaminhamos algumas pessoas para o mercado de trabalho e algumas mulheres para abrigos, por serem vítimas de violência doméstica.**



O PPA prevê cerca de R\$ 8 milhões para os próximos três anos de governo para a Rede + Mulher Goiânia, sendo R\$ 664 mil de investimento do Tesouro Municipal em 2026 e outros R\$ 5,6 milhões provenientes de convênios da União para o Programa Rede + Mulher Goiânia. Considerando a amplitude do projeto, que inclui capacitação e ações de empreendedorismo, campanhas educativas e ampliação da estrutura de acolhimento, a senhora considera que esses recursos são suficientes para viabilizar a proposta de forma efetiva e garantir resultados concretos ainda nesta gestão?

O recurso é suficiente, mas tem que ser uma ação contínua e temos que buscar continuamente novas parcerias. Em relação à mulher, tivemos a Feira do Empreendedorismo no mês de março, quando implementamos muitas ações. Temos a Casa do Empreendedor, em parceria com o Sebrae aqui no Paço, e inauguramos também na Região Noroeste, e a intenção é termos mais três salas ou casas do empreendedor. Todas essas ações têm ênfase nesse cuidado com as mulheres. É uma atenção de forma ampla, pois damos esse foco nas várias áreas: na saúde, damos uma atenção para as mulheres na saúde, na assistência social, no empreendedorismo, temos sempre esse olhar. O recurso para fazer frente a essa demanda é suficiente, mas para prosseguir e dar sustentabilidade, é claro que é preciso aporte constante para essas políticas.

**P**ela segunda vez, a vice-prefeita Coronel Cláudia Lira (Avante) assume interinamente o comando da Prefeitura de Goiânia durante a licença do prefeito Sandro Mabel (UB), que cumpre agenda oficial em Portugal, Espanha e Argentina até o dia 9 de novembro. Ela vem dando continuidade às ações já iniciadas pelo prefeito, e faz a defesa dos progra-

mas adotados, mesmo os mais controversos, como a abordagem às pessoas em situação de rua que usam tornozeleira eletrônica. Na entrevista, Claudia Lira avalia a presença do crime organizado em Goiás e Goiânia e diz que há uma diferença em como esses criminosos se estabelecem fora do Rio de Janeiro, pois não conseguem delimitar território de domínio.

**A senhora tem projetos próprios dentro da prefeitura e está satisfeita com o espaço que é dado à vice na gestão?**

Eu acompanho e apoio constantemente o trabalho do prefe-

unidades que foram possíveis em parceria com o governo do estado, a Caixa Econômica e o Governo Federal. Foram entregues também as obras de manutenção, reforma e construção do muro do Cemitério Parque e do Cemitério Santana, já visando à visita que os cemitérios terão no Dia de Finados. A obra do muro estava parada há mais de cinco anos e o cemitério ficou sem muro e sem as devidas manutenções; todas foram feitas. Estamos dando continuidade nesse sentido de acompanhar as obras, os despachos e não deixar que as ações se interrompam pela ausência do prefeito.

to aqui, nós trabalhamos em sintonia. Tem algumas ações que acompanho na Secretaria de Políticas das Mulheres e Assistência Social e Direitos Humanos - estou acompanhando as obras da Casa da Mulher Brasileira - , na Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Agricultura e Serviços e vamos, inclusive, ter uma feira da agricultura familiar no próximo dia 6. Temos um projeto, que são as hortas comunitárias, que já conta com cerca de 50 hortas e 11 em funcionamento. É uma parceria com o Senar na capacitação de pessoas no curso de horticultura, com o objetivo de proporcionar segurança alimentar e produzir alimentos que possam ser distribuídos às pessoas em situação de vulnerabilidade. Nesses 10 primeiros meses, já produzimos mais de uma tonelada de alimentos que foram distri-

buídos através do nosso banco de alimentos. Eu tenho sempre acompanhado ações nas diversas pastas, de uma forma global e sistêmica as ações da prefeitura como um todo.

**Na campanha foi dito que a senhora seria responsável por conduzir as políticas públicas voltadas para o público feminino. Há projetos em andamento nessa área?**

A rede de atenção à mulher está funcionando, temos um trabalho desenvolvido pela Patrulha Mulher mais Segura, da GCM, em parceria com a Ouvidoria da Mulher, da Câmara Municipal, e estamos acompanhando a obra deste grande equipamento que vai atender muito essa demanda de políticas para as mulheres, que é a obra da Casa da Mulher Brasileira. Uma obra que estava

# PODER

**Uma das ações da prefeitura em andamento diz respeito à remoção das pessoas em situação de rua da capital. A Secretaria de Políticas para Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos realizou mais de 140 mil atendimentos a pessoas em situação de rua entre janeiro e setembro de 2025. Já se conhecem os motivos pelos quais essas pessoas se encontram nas ruas? Houve redução dessa população?**

Esse é um trabalho que envolve uma ação conjunta com vários órgãos, com o Ministério Público, a Defensoria Pública, a GCM, proporcionando segurança, a Polícia Militar, que tem nos ajudado bastante nesse levantamento. É uma abordagem sistêmica, a partir da qual já conseguimos encaminhar algumas pessoas para o mercado de trabalho, algumas mulheres foram encaminhadas também para abrigos, por serem vítimas de violência doméstica. Não podemos divulgar esses dados, são sigilosos, e temos feito esse levantamento, separando também, de acordo com a necessidade. Para algumas pessoas proporcionamos o retorno delas, observando a vontade delas, para as suas cidades de origem. E aquelas que estão aptas a ocupar o mercado de trabalho, estão todas sendo direcionadas. Estamos também buscando parceria com o Governo do Estado para conseguir aluguel social e outros benefícios para que possamos retirar essas pessoas das ruas, mas dando essa dignidade. Essa não é uma ação fácil, porque muitas dessas pessoas, por mais que se ofereça condições, e eu falo isso por experiência própria: durante o período de frio intenso na cidade, nós saímos nas madrugadas convidando as pessoas para ir para um abrigo, embora improvisado, onde elas teriam banho, colchão com roupa de cama, alimentação e o atendimento e encaminhamento, muitas dessas pessoas nem sequer permaneciam durante aquela noite no local, elas retornavam para as ruas, muitas delas usuárias de droga. É uma abordagem sistêmica, bastante delicada e que envolve uma série de profissionais, porque vai envolver todas essas vertentes, segurança, saúde, assistência social. É um trabalho difícil, mas que tem que ser permanente.

**Uma parte dessas pessoas vai querer permanecer na rua, não estão na rua por falta de oportunidade, mas por não se adaptarem a uma outra situação. Essas pessoas vão poder ficar nas ruas?**

Vamos continuar insistindo com elas, tentando colocar exa-

tamente essa situação de indignidade para ela mesma, como o prefeito de Sandro Mabel sempre reforça: a situação de rua, estar na rua, ter que morar na rua, viver na rua, é uma situação de indignidade. Não é digna pra ninguém. Vamos continuar insistindo nisso, mas com uma abordagem bastante humanizada. Ninguém está com aquela intenção que muitos falam de "limpeza da cidade". Não é isso. É realmente proporcionar para aquela pessoa condições. A gente sabe que muitos optam por aquilo por estar em uma situação bastante fragilizada e fica numa vulnerabilidade tão grande, que muitas vezes o poder público não tem como proteger essa pessoa nessa situação. Ela fica totalmente exposta. Nós vamos insistir nisso, enfrentá-la, convencer de que ela está numa situação indigna e que ela tem condições de mudar aquilo.

**Após a aprovação da lei, nós tivemos uma redução sensível, mas muito considerável dos crimes que ocorrerem nas proximidades das distribuidoras de bebidas.**

**A abordagem a pessoas com torçozeleiras, que foi realizada no dia 21 de outubro, vai ter continuidade durante esse seu período à frente da prefeitura?**

Essa abordagem também será feita em parceria com a Polícia Penal, com a GCM, com a Polícia Militar, envolvendo também o Poder Judiciário. O nosso primeiro objetivo é garantir a segurança das pessoas como um todo e o cumprimento da legislação. Se existem algumas pessoas que não devam permanecer na rua após um determinado período, aquilo que está previsto por força de determinação judicial tem que ser cumprido. Não podemos fechar os olhos para aquilo. O que queremos é que o estado de ordem possa permanecer e que se cumpra aquilo que foi determinado. É claro que cada caso é um caso, por isso estamos em parceria com a Polícia Penal e com o Poder Judiciário nessas opera-



ções. É um trabalho que é feito com bastante critério, porque existem situações de uso de torçozeleira que tem uma outra questão, às vezes a pessoa está com torçozeleira, mas não tem restrição de horário, e isso vai ser verificado também. Por isso é essa parceria com os outros órgãos. Mas é uma atividade que deve ser constante.

**A senhora é da área de segurança pública e estamos vendo essa operação de combate ao crime organizado no Rio de Janeiro, e Goiás está sendo citado como um dos estados onde o crime organizado tem ramificações. A senhora tem conhecimento da presença dessas facções em Goiânia?**

Essas facções buscam se ramificar, mas é importante salientar que muitas vezes a forma de tentar se estabelecer em outros territórios é bem diferente da realidade do Rio de Janeiro e São Paulo. Muitas vezes essas pessoas tentam se estabelecer de uma forma diferente na nossa região, se travestindo de um membro da sociedade, de forma idônea, montando um estabelecimento comercial. A atividade de inteligência dos órgãos de polícia, seja a Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil ou a própria GCM, vem fazendo sempre esse acompanhamento e mapeando essas questões. O fato é que essas pessoas oriundas das grandes organizações criminosas têm ramificações em várias partes do país, em várias cidades, até fora do país, principalmente em países que fazem fronteira com o nosso país. Mas o modo de agir delas e o prejuízo e as consequências para aquelas localidades é muito diferente da realidade que se tem no Rio de Janeiro. Por mais que se possa ter a presença dessas pessoas aqui, seja em Goiânia ou seja no estado de Goiás, essas pessoas não dominam territórios como dominam no estado do Rio de Janeiro. Existe uma diferença muito

grande em relação a isso. A questão da criminalidade, e agora falando como policial, vai acontecer em qualquer lugar do mundo, o crime nunca vai deixar de existir. Eu nunca vou ter uma sociedade isenta do crime, porque o crime faz parte da natureza humana; a pessoa erra e comete o crime. Eu, enquanto operador da segurança pública, preciso evitar que principalmente essas organizações criminosas dominem e sucumbam a sociedade. Que determinados grupos detenham o domínio de regiões, sejam bairros, comunidades, cidades, e isso que nós evitamos aqui no estado de Goiás. Quando o governador fala que a criminalidade não se estabelece aqui, vai ter crime acontecendo. Infelizmente vai ter homicídio, vai ter estupro, tráfico de drogas, mas esse crime não se estabelece com o seu domínio, como é a realidade que temos no Rio de Janeiro, de dominar uma região.

**As distribuidoras de bebidas buscam ampliar o horário de funcionamento para as 2h da manhã alegando prejuízos com a recente mudança sancionada pela administração. A senhora acredita que é possível haver ampliação do horário? Há abertura para esse debate?**

Eu não sei se haverá essa abertura. O fato é que, após a aprovação dessa lei, nós tivemos uma redução sensível, mas muito considerável dos crimes que ocorreram nas distribuidoras de bebidas. Isso é fato. Agora, alguns pontos precisam ser considerados. Uma distribuidora de bebidas, o próprio nome diz, é um estabelecimento para distribuir bebidas, não tem infraestrutura para se manter como um bar, como um restaurante. E vale ressaltar que a grande maioria dos bares e restaurantes na nossa capital encerram o funcionamento à meia-noite, no máximo uma hora. E é um estabelecimento que tem condições, tem banhei-

ro, estrutura de segurança, local adequado para que se possa consumir essa bebida. A distribuidora não está impedida de continuar com a sua atividade: distribuir bebidas. A partir da meia-noite, qual é a alternativa que ela tem? É o delivery. Não está sendo impedida, "você não pode mais vender". Mas a partir da meia-noite, ela tem o delivery como alternativa para que possa então continuar vendendo o seu produto. As pessoas que consomem bebidas numa distribuidora, sua condição é muito diferente de consumir uma bebida num bar ou num restaurante. Não existe estrutura ali nem de segurança, não tem banheiro. O que acontece? As pessoas urinam, fazem as suas necessidades em volta do estabelecimento. É uma situação de vulnerabilidade, principalmente para as crianças, as pessoas levam seus filhos, colocam eles ali numa situação de vulnerabilidade, bebem em excesso e as crianças vão estar ali numa situação de vulnerabilidade, podendo acontecer também, infelizmente, toda sorte de crime, de assédio. O objetivo é esse, regular essa atividade, porque afinal de contas, qual é a atividade comercial deles? Distribuir bebidas. Eu acredito que o diálogo deve sempre acontecer, nada pode ser colocado como ponto final, isso não se discute, mas é preciso também que as pessoas entendam que elas precisam exercer a sua atividade econômica, elas têm essa liberdade, mas que elas precisam se preparar para isso. Não posso querer vender um alimento se não cumpro as normas de vigilância sanitária para vender esse alimento. "Ah, mas eu quero ganhar, eu quero garantir o meu sustento, mas eu preciso", mas preciso cumprir com as normas. Porque senão estou colocando um consumidor, e aí é um ponto importante, numa situação de vulnerabilidade. Da mesma forma como eu coloco num estabelecimento que não foi preparado, que não tem segurança, que não tem banheiro, não tem como acomodar aquelas pessoas, que estão consumindo aquilo de forma também bastante precária. A discussão sempre deve acontecer, o diálogo deve acontecer, para que se busque a melhor solução. O fato é que com a aprovação da lei no mês de agosto para cá, nós tivemos uma redução sensível na questão dos crimes que ocorrem nas proximidades das distribuidoras no período da madrugada.

## TECNOLOGIA

## TST valida uso de geolocalização

Recurso é usado para conferir horas extras alegadas por trabalhadores contra empresas

Carla Borges

Em duas decisões recentes, órgãos colegiados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) consideraram válido o uso da geolocalização como prova digital para verificar a realização de horas extras. O entendimento dos ministros foi de que a medida não viola o direito fundamental à privacidade, previsto na Constituição Federal, nem as garantias previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A geolocalização é uma tecnologia que identifica a localização geográfica de uma pessoa por meio de sistemas como GPS, Wi-Fi ou redes de celular. Ela é usada, por exemplo, nos transportes de entrega e por aplicativo, no transporte de carga e, ainda, no controle de ponto de algumas empresas.

Relator nas duas ações, o ministro Douglas Alencar Rodrigues destacou que a utilização de dados de geolocalização é prova digital válida e precisa para apurar jornadas e vínculos trabalhistas, especialmente de quem desenvolve atividades externas. Em sua avaliação, o processo judicial não pode ficar imune às mudanças trazidas pelas novas tecnologias.

Quanto à questão da privacidade e do sigilo, o relator observou que o direito à prova de geolocalização pode ser exercido sem sacrificar a proteção de dados. "Basta que sejam solicitadas informações estritamente necessárias e que elas fiquem, por determinação do juiz, disponíveis apenas para as partes do processo", avaliou. "Não há necessidade nem interesse de averiguar e fazer referências aos locais visitados fora do ambiente de trabalho."

Douglas Alencar lembrou que a LGPD admite a utilização de dados pessoais para o exercício regular do direito em processo judicial. No mesmo sentido, o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) permite a



**Ministro Douglas Alencar Rodrigues:** "informações necessárias"

requisição de registros e dados armazenados.

Um dos casos, julgado pela Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2), envolveu um propagandista vendedor da Sanofi Medley Farmacêutica Ltda, que alegou jornada extenuante. A empresa demonstrou que as atividades dele eram monitoradas por um tablet com sistema GPS. A Vara do Trabalho considerou as informações na decisão, mas o TRT da 4ª Região entendeu que houve violação de direitos fundamentais, motivo pelo qual a ação chegou ao TST.

Em outra decisão, a Quinta Turma do TST autorizou o uso da geolocalização para verificar as horas extras de uma bancária do Itaú Unibanco S.A. O pedido havia sido indeferido nas instâncias anteriores. No recurso ao TST, o banco disse que vem sofrendo condenações ao pagamento de horas extras e, muitas vezes, não há como fazer a contraprova.

O ministro Douglas Alencar Rodrigues, que adotou, em seu voto, os mesmos fundamentos do mandado de segurança julgado pela SDI-2.

As decisões dos dois órgãos colegiados do TST, embora não sejam vinculantes, indicam uma tendência diante do conflito entre as proteções da LGPD e da proteção de direitos fundamentais e a produção de provas na Justiça do Trabalho.

# J

## Tribuna Jurídica

CARLA BORGES  
carlazenborges@gmail.com



### Justiça do Trabalho institui política para população de rua

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou, na segunda-feira (27), proposta de resolução que institui, no âmbito da Justiça do Trabalho em todo o país, a Política Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades. Com isso, todos os tribunais trabalhistas do país deverão implementar ações voltadas à inclusão e à proteção de pessoas em situação de rua.

### Acesso à Justiça

A medida tem como objetivo ampliar o acesso à Justiça, combater desigualdades e promover oportunidades de trabalho digno, considerando fatores como raça, gênero e outras vulnerabilidades sociais. A iniciativa segue diretrizes nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

### Multidisciplinar

"Os tribunais deverão viabilizar atendimento prioritário, desburocratizado e humanizado às pessoas em situação de rua, mantendo em suas unidades equipe especializada de atendimento, exclusiva ou não, e preferencialmente multidisciplinar", diz o presidente do TST, ministro Vieira de Mello Filho.

### Pagamentos de precatórios

O TJ-GO concluiu o processamento dos acordos diretos relativos ao Edital nº 01/2025, referente aos precatórios do Estado de Goiás. No total, 3.616 credores foram habilitados, com pagamentos devidamente processados que somam R\$ 268.390.113,38. "Com o edital, foi possível que todos os credores habilitados que manifestaram interesse em receber seus créditos por meio do acordo direto tivessem seus pagamentos antecipados, conforme previsto na Constituição Federal e na Resolução nº 303/2019 do CNJ", explica a juíza auxiliar da Presidência e coordenadora de Precatórios do TJGO, Jussara Cristina Oliveira Louza.



### Desembargadora

O Órgão Especial do TJ-GO escolheu por aclamação, em sessão extraordinária na quarta-feira (29), o nome da magistrada Edna Maria Ramos da Hora (foto) como nova desembargadora do Tribunal. Ela ingressa, no quesito antiguidade, na vaga deixada pela aposentadoria do desembargador Carlos França. A posse administrativa da nova desembargadora foi realizada na próxima sexta-feira (31).

### PM não pode

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, recomendação para magistradas e magistrados da área criminal sobre pedidos feitos diretamente pela Polícia Militar (PM). A orientação é no sentido de que a Polícia Militar não possui a atribuição para investigar crimes comuns, nem pedir diretamente à Justiça medidas como busca e apreensão domiciliar, salvo em relação às infrações militares.

### Polícia judiciária

A recomendação é para que atos privativos de polícia judiciária requeridos pela PM sejam submetidos à manifestação do Ministério Público competente. O documento também orienta que se observe a necessidade do acompanhamento pela polícia judiciária ou pelo MP do cumprimento das ordens de busca e apreensão domiciliar.

“ Não se trata de invasão a espaço privado ou interceptação de comunicações, que exigiriam prévia autorização judicial, mas de coleta de informações disponíveis em ambiente compartilhado ”

Rogério Schietti Cruz, ministro do STJ, no julgamento que validou ronda virtual contra pornografia infantil feita por software da polícia

# PODER

## TRANSPARÊNCIA

# Economia analisa projeto que vai regular os contratos de shows e eventos

Proposta prevê a criação de um relatório específico para controle financeiro e orçamentário desses gastos

Arthur Oliveira\*

**D**urante reunião da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), realizada na tarde desta quarta-feira (29), os deputados aprovaram o parecer pela diligência ao Projeto de Lei nº 1829/20, de autoria do deputado Karlos Cabral (PSB). A proposta prevê a criação do Relatório de Pagamentos de Shows e Eventos, um instrumento de controle financeiro e orçamentário que busca dar mais transparência aos gastos públicos com contratações artísticas e culturais reali-

zadas pelo Estado e pelos municípios goianos.

O parecer foi relatado pela deputada Rosângela Rezende (Agir), que solicitou o envio da matéria à Secretaria de Estado da Economia para análise técnica. O pedido de diligência é uma etapa comum no processo legislativo e serve para reunir informações adicionais consideradas essenciais à tramitação do projeto. A solicitação foi aprovada por unanimidade pelos membros da comissão.

De acordo com o texto, o relatório deverá conter uma planilha detalhada com informações sobre os contratos de shows e eventos, incluindo o nome do artista ou grupo, o CNPJ ou CPF do contratado, o valor do cachê, as datas de apresentação e pagamento, além do número da nota de empenho e da unidade gestora responsável. Cada linha da planilha corresponderá a uma apresentação artística, permitindo o rastreamento de valores e prazos.

A proposta determina ainda que o relatório seja encaminhado ao Tribunal de Contas do



**Deputados aprovaram parecer por diligência à Secretaria de Economia para análise técnica**

Estado de Goiás (TCE-GO) em até 15 dias úteis após o encerramento oficial do evento, além de ser disponibilizado em até 20 dias úteis no portal digital da Secretaria de Estado da Cultura. O objetivo é garantir o acesso público às informações e reforçar o compromisso com a transparência ativa.

O texto também estabelece sanções para casos de descumprimento dos prazos ou ausência de justificativa para atrasos nos pagamentos. Se o relatório não for entregue dentro do prazo legal, os responsáveis

poderão responder a uma Tomada de Contas Especial, além de outras penalidades previstas em lei.

O deputado Karlos Cabral destacou que a proposta busca corrigir uma lacuna histórica na gestão dos recursos destinados à cultura. "Durante muitos anos, artistas e produtores culturais denunciaram atrasos e falta de informações sobre pagamentos de cachês em eventos financiados pelo poder público. Esse projeto vem justamente para garantir segurança jurídica e transparência no uso desses recursos", afirmou.

O parlamentar ressaltou que a medida complementa a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/1964, que tratam da gestão orçamentária e financeira no setor público. A

### HISTÓRICO

Experiências semelhantes já foram adotadas em outros estados. Em Pernambuco, a Lei nº 16.790/2019 exige que o governo apresente justificativa formal para atrasos superiores a 30 dias nos pagamentos de serviços culturais. O modelo pernambucano serviu de base para a proposta goiana, com o mesmo propósito de ampliar a transparência nas contratações culturais.

O projeto segue agora para análise da Secretaria da Economia, que deverá emitir parecer técnico antes que a proposta volte à Comissão para nova deliberação. Caso receba parecer favorável, o texto seguirá para votação em plenário.

*\*Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia*

INFORME PUBLICITÁRIO

## ANIVERSÁRIO

# Governo de Goiás impulsiona avanços em toda Goiânia

**Progresso** Capital completa 92 anos com investimentos em mais qualidade de vida promovida pela gestão estadual com ações em mobilidade, saúde, educação, segurança, social e inovação. Investimentos modernizam serviços

**G**oiânia chega aos 92 anos com a energia de uma capital que se moderniza, amplia oportunidades e cuida de quem vive aqui. Com ações do Governo de Goiás, a cidade vem avançando em mobilidade, saúde, educação, segurança, desenvolvimento social, cultura e inovação. São investimentos que melhoram a vida dos goianienses e fortalecem a capital como referência nacional em qualidade de vida e desenvolvimento urbano.

O transporte público passou por uma transformação sem precedentes nos últimos anos. São mais de R\$ 3 bilhões investidos na modernização do sistema,



com 1,5 mil ônibus novos, requalificação dos terminais e das estações do Eixo Anhanguera. A rede ganhou bilhete único, reconhecimento facial, câmeras de segurança e 7 mil pontos de embarque padronizados. Há seis anos, a tarifa segue congelada em R\$ 4,30, a mais barata entre as capitais brasileiras.

Na saúde, Goiânia agora



abriga o Cora, maior hospital de combate ao câncer infantojuvenil do país e referência em atendimento especializado.

A educação também avançou com acesso à tecnologia e oportunidades. Na capital, 24,5 mil estudantes receberam Chromebooks, 40 mil são beneficiados pelo Bolsa Estudo e o tradicional

Colégio Lyceu de Goiânia passa por reconstrução completa, com a implantação de ensino bilíngue. Goiânia conta ainda com unidades das Escolas do Futuro, Cotecs e Agrocolégio, fortalecendo o ensino profissional.

Na área social, 78.186 famílias goianienses recebem o Aluguel Social, 28.786 mulheres são atendidas pelo Mães



de Goiás e 15.993 jovens cursam faculdade com bolsa do ProBem. Goiânia entrou de vez no calendário de grandes eventos com o Natal do Bem, o Arraiá do Bem e a volta do Moto GP ao Autódromo Internacional em 2026.



## AGRO

# Caiado anuncia chegada de nova biorrefinaria em Rio Verde

Com investimento de R\$ 2,4 bilhões, unidade da Inpasa deve gerar 2,7 mil empregos e consolidar Goiás como polo de produção de biocombustíveis e energia limpa



**Ronaldo Caiado participa do lançamento da pedra fundamental da nova unidade da Inpasa, em Rio Verde**

## Da Redação

O governador Ronaldo Caiado participou, nesta quinta-feira (30/10), do lançamento da pedra fundamental da nova biorrefinaria de etanol de grãos da Inpasa, em Rio Verde, no Sudoeste goiano. Considerada a maior produtora de etanol de milho da América Latina, a empresa investirá R\$ 2,4 bilhões na construção da unidade, que deve ser inaugurada até o final de 2026. A cerimônia, realizada no Distrito Municipal de Pequenas

Empresas (Dimpe), marcou o início do empreendimento.

“É um orgulho, como governador, receber uma empresa séria, que investe em tecnologia e pesquisa e mostra ao mundo seus avanços na produção de biocombustíveis e energia limpa. Esse tipo de investimento transforma o que o produtor rural faz, gerando renda no município e no estado. É esse o desenvolvimento que priorizamos em Goiás”, afirmou o governador. Em seu discurso, ele ainda ressaltou que o portfólio diversificado

demonstra a capacidade do agronegócio de transformar grãos em produtos com maior valor agregado.

A nova planta será a nona unidade da Inpasa no Brasil e terá capacidade anual de processamento de dois milhões de toneladas de grãos, que resultará na produção de um bilhão de litros de etanol hidratado, 490 mil toneladas de ração proteica, 47 mil toneladas de óleo vegetal e 345 mil GWh de energia elétrica a partir de biomassa. A expectativa é de geração de 2,7 mil empregos

diretos e indiretos, além de 420 na fase de obras, com prioridade para a mão de obra local.

Segundo o vice-presidente da Inpasa, Gustavo Mariano Oliveira, a escolha de Rio Verde reflete uma decisão baseada na infraestrutura logística do município e na vocação do agronegócio. “Foi uma decisão estratégica da companhia, dado que essa localidade reúne alguns dos fatores mais importantes para a empresa: uma base agrícola sólida, uma localização geográfica privilegiada,

com desenvolvimento de infraestrutura para o escoamento de nossos produtos, e é uma região que não para de inovar no campo”.

## PARCERIA ESTRATÉGICA

O prefeito Wellington Carrijo celebrou a chegada do empreendimento e destacou os reflexos positivos para a cidade. “A instalação desta biorrefinaria traz para Rio Verde novas oportunidades de emprego, renda e tecnologia, além da capacidade de fortalecer ainda mais o agronegócio goiano e impulsionar o desenvolvimento do Sudoeste do estado”, afirmou.

O secretário de Governo de Rio Verde, Paulo do Vale, ressaltou o papel do Governo de Goiás na atração do investimento. “O governador foi fundamental nesse processo. Desde a missão ao Japão, ele tem trabalhado para atrair indústrias que geram emprego e transformam nossa produção agrícola em riqueza. A chegada da Inpasa é mais uma conquista”, pontuou. Também prestigiaram a cerimônia o deputado estadual Lucas do Vale e a deputada federal Marussa Boldrin.

## MOBILIDADE

## Rodovia da Jabuticaba é inaugurada em Hidrolândia

A população de Hidrolândia celebra uma conquista esperada há pelo menos cinco décadas. Foi inaugurada neste sábado (1º/11) a pavimentação de 11,7 quilômetros da GO-319, ligando o distrito de Nova Fátima à GO-040, em Aragoiânia. A obra, que recebeu investimento de R\$ 26,2 milhões do Tesouro Estadual, promete transformar a mobilidade na região e encurtar distâncias entre os municípios.

Enquanto isso, a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) avança em outra frente de obras: a aplicação da capa asfáltica na GO-219, entre Hidrolândia e Bela Vista de Goiás. A expectativa é liberar o tráfego em um terço do trecho até o final do ano. A pavimentação da via faz parte de um pacote de investimentos que supera R\$ 250 milhões, somando recur-



**Na GO-219, estão em execução 31,9 quilômetros de pavimentação**

dos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundefra) e do Tesouro Estadual, e que também contempla as rodovias GO-147, entre Bela Vista e Silvânia, e GO-319, de Nova Fátima a Hidrolândia.

Na GO-219, estão em execução 31,9 quilômetros de pavimentação. Já as obras da GO-

147, realizadas em parceria com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária em Goiás (Ifag), abrangem 46,2 quilômetros e incluem a construção de uma ponte de concreto de 50 metros sobre o Rio dos Bois. “São rodovias que criam uma rota importante para o agro-

negócio, que vai dar vazão ao escoamento da produção local e ainda desviar o tráfego de veículos pesados da capital e de Aparecida de Goiânia”, explicou o presidente da Goinfra, Pedro Sales.

Segundo ele, o conjunto dessas obras tem impacto direto na logística e na qua-

lidade de vida da população. “Vamos formar um contorno viário e uma infraestrutura estratégica para conectar os municípios de Guaporé, Aragoiânia, Hidrolândia, Bela Vista e Silvânia às BRs-060 e 153. Isso cria alternativas de tráfego, melhora a segurança e reduz custos para quem produz e para quem circula”, afirmou.

Sales destacou ainda que os investimentos na malha viária da região central de Goiás fortalecem a integração com outras regiões do Estado. “Essas ligações promovem conexões alternativas para São Miguel do Passa Quatro, Orizona e até Brasília, a partir da saída de Silvânia, seguindo por Vianópolis e Luziânia. É uma estrutura que beneficia tanto o transporte de cargas quanto o deslocamento diário da população”, completou.

# PODER

## TETO VIROU PISO

# MP-GO tem 100% dos promotores e procuradores acima do teto constitucional

Foto: Divulgação



**Ministério Público de Goiás está entre as dez unidades estaduais em que todos os membros receberam acima do teto**

Salário bruto médio mensal no MP-GO foi de R\$ 64,6 mil, superando em quase 50% o limite fixado para ministros do Supremo Tribunal Federal

Lucas de Godoi

Nenhum integrante do Ministério Público de Goiás (MP-GO) ficou dentro do teto constitucional em 2024. O Estado aparece entre os dez do país em que todos os promotores e procuradores receberam acima do limite legal, segundo estudo da Transparência Brasil, que analisou contracheques de mais de 11 mil membros do Ministério Público em todo o Brasil. Os dados foram divulgados nesta semana.

De acordo com o relatório, o salário bruto médio mensal dos membros do MP-GO foi de R\$ 64.599,30, cerca de 50% superior ao limite constitucional de R\$ 44 mil. Ao todo, o órgão

pagou R\$ 102,8 milhões em verbas extrateto durante o ano, mesmo desconsiderando a gratificação natalina (13º salário), o adicional de um terço de férias e os pagamentos retroativos

O caso de Goiás não é isolado, mas está entre os mais expressivos do país. O levantamento mostra que, em dez unidades estaduais do Ministério Público, entre elas Goiás, Alagoas, Mato Grosso, Amazonas, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia e Acre, todos os membros ultrapassaram o

teto. A média nacional alcança 98% dos promotores e procuradores brasileiros que receberam acima do limite estabelecido pela Constituição em 2024.

O teto constitucional é determinado pelo salário dos ministros do STF, que em 2024 variou de R\$ 41.650,92 em janeiro a R\$ 44.008,52 a partir de fevereiro, totalizando R\$ 525,7 mil por ano. Segundo a Transparência Brasil, qualquer valor recebido além desse montante anual caracteriza pagamento "extrateto", e deveria ser automática-

mente limitado.

### VERBAS INDENIZATÓRIAS

Contudo, o relatório mostra que, na prática, o teto tem se tornado "meramente decorativo", já que as instituições contornam o limite com o uso de verbas indenizatórias e gratificações acumuladas.

Em Goiás, por exemplo, a maior parte dos valores excedentes é atribuída a indenizações por acúmulo de serviço, licenças compensatórias, gratificações por exercício cumulativo e conversões de férias não goza-

das em dinheiro. Essas rubricas, embora possuam caráter salarial, são classificadas como indenizatórias e, portanto, não sofrem o abatimento do teto.

De acordo com a Transparência Brasil, esse tipo de manobra é o principal combustível dos chamados "supersalários". Em todo o país, as indenizações por acúmulo de serviço representaram R\$ 687 milhões pagos a membros do Ministério Público em 2024. Já os auxílios alimentação e saúde somaram R\$ 449 milhões, e as indenizações por férias não gozadas ultrapassaram R\$ 300 milhões.

Além disso, o relatório aponta que R\$ 1,4 bilhão em pagamentos não puderam sequer ser identificados, em razão da falta de clareza nos portais de transparência, o que representa 31% das verbas extras concedidas.

O Ministério Público de Goiás afirmou, em nota, que "todas as remunerações pagas pelo Ministério Público estão em consonância com a Constituição Federal, a legislação infraconstitucional e atos normativos e as informações relativas a elas podem ser encontradas no Portal da Transparência do Ministério Público de Goiás".

## Falta de transparência dificulta controle social

O estudo também denuncia que dez órgãos estaduais do Ministério Público impõem barreiras ao acesso público aos contracheques, exigindo identificação prévia do usuário ou limitando a consulta de dados. Outros, como os MPs de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, omitiram nomes e matrículas de servidores, o que inviabiliza a verificação individual

dos vencimentos.

Essa prática contraria a Resolução nº 89/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que determina transparência nominal dos pagamentos.

Para a entidade, o cenário "afronta a moralidade e a racionalidade no uso de recursos públicos", especialmente porque o Ministério Público é, por natureza, o órgão encarre-

gado de defender a ordem jurídica e o patrimônio público. A Transparência Brasil defende que a distorção entre o discurso institucional e a prática remuneratória "compromete a credibilidade e o exemplo que se espera das instituições de controle".

O relatório propõe ainda mudanças legislativas para frear os abusos, como a definição clara dos benefícios

indenizatórios, a extinção do direito a 60 dias de férias remuneradas, a limitação de pagamentos retroativos apenas a decisões judiciais e a proibição de criação interna de penduricalhos por meio de resoluções administrativas.

Também recomenda a criação de um sistema nacional unificado de contracheques públicos, com dados abertos e padronizados, além

da proibição de exigência de cadastro para o acesso às informações salariais de agentes públicos.

"É lamentável que o Ministério Público, que tem entre suas missões a defesa da legalidade e o combate à corrupção, atue de forma a institucionalizar ilegalidades e conceder pagamentos recorrentes acima do teto", afirma o documento.

## AGMP diz que MP-GO é referência em transparência e atua dentro da lei

A Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) afirmou, em nota, que o Ministério Público de Goiás (MP-GO) atua em total conformidade com a legislação e com os princípios da administração pública. O posicionamento foi enviado à Tribuna do Planalto nesta

sexta-feira (31).

De acordo com a entidade, o MP-GO é referência nacional em transparência e recebeu, no ano passado, o Selo Diamante do Radar Nacional da Transparência Pública, reconhecimento concedido a instituições que mantêm elevado nível de

abertura de dados e prestação de contas.

A AGMP ressaltou que "todos os pagamentos e repasses do MP-GO estão em absoluta conformidade com os princípios reitores da atividade administrativa, bem como com os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal".

A associação também destacou que há rigorosa fiscalização externa sobre a atuação financeira do órgão, realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), sem que tenham sido apontadas irregularidades.

Na nota, a entidade reafirma ainda seu compromisso com a transparência, a legalidade e a valorização da carreira, considerando esses fatores essenciais para a manutenção de um Ministério Público "forte, independente e capaz de defender os direitos da sociedade".

## ANÁPOLIS

# TCM detecta possível sobrepreço de R\$ 10,9 milhões em contrato da Prefeitura

Auditoria do Tribunal de Contas apontou falhas e ausência de comprovação de preços de mercado em contrato de R\$ 53 milhões com empresa de iluminação

Carlos Nathan Sampaio



Carlos Nathan Sampaio

Prefeitura de Anápolis

O Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO) identificou possível sobrepreço de cerca de R\$ 10,9 milhões no contrato firmado pela Prefeitura de Anápolis com a empresa São Bento Lighting Solutions Ltda., no valor total de R\$ 53,2 milhões. O acordo foi celebrado sem licitação, por meio de adesão a uma ata de registro de preços, e está sob análise do órgão de controle.

De acordo com relatório técnico do TCM-GO, apurado pela Tribuna de Anápolis, o processo apresenta ausência de compatibilidade com preços de referência, falhas na metodologia de cálculo de custos e fragilidade na demonstração de vantajosidade econômica — aspectos que contrariam o princípio da economicidade previsto na legislação pública. A auditoria, conduzida pelo auditor Marcos Vinícius Padovani Guerra, determinou a abertura de uma

Tomada de Contas Especial para apurar com mais profundidade os indícios de irregularidades.

O processo 08428/25, segundo a assessoria do Tribunal, não possui medida cautelar vigente, mas está em fase de instrução. O pedido de vistas foi concedido à Prefeitura de Anápolis para apresentação de defesa, o que, até o momento, não ocorreu. Ou seja, o processo aberto pelo TCM ainda está em fase de instrução, o que significa que os auditores seguem analisando documentos e informações antes de emitir um parecer conclusivo.

Não há medida cautelar vigente, ou seja, o contrato entre a Prefeitura de Anápolis e a São Bento Lighting Solutions continua em execução. Segundo o Tribunal, também não houve pedido de cautelar por parte do Ministério Público de Contas ou de conselheiros para suspender o

acordo. Durante a análise técnica é que os auditores identificaram o possível sobrepreço de R\$ 10,9 milhões e, em seguida, concederam vista do processo à Prefeitura, para que a administração apresente sua defesa e justifique os valores contratados antes de qualquer decisão definitiva.

Paralelamente, no entanto, o Ministério Público de Contas (MPC) solicitou ao TCM-GO a instauração de procedimento específico para investigar o mesmo contrato. A representação foi protocolada a partir de denúncia do vereador Rimet Jules (PT), que questiona a repetição de contratações sem licitação na atual gestão do prefeito Márcio Corrêa (PL). Segundo o parlamentar, 14 contratos por adesão de atas de registro de preços já somam mais de R\$ 300 milhões.

O procurador de Contas Regis Gonçalves Leite, responsável pelo parecer do

MPC, apontou insuficiência de documentação e falta de clareza no planejamento da contratação, especialmente em relação à instalação de 450 novos postes de iluminação. O órgão destacou que a administração municipal não especificou os locais de implantação nem apresentou estudo técnico detalhado sobre a execução do serviço.

Ainda conforme o parecer, o valor de R\$ 53,2 milhões corresponde a 4,91% da receita corrente da Prefeitura de Anápolis em 2024, o que reforça a necessidade de “verificação rigorosa da legalidade e da compatibilidade com os preços de mercado”.

A empresa São Bento Lighting Solutions Ltda., responsável pela execução do contrato, tem como atividade principal a construção de edifícios, além de registros secundários ligados à fabricação de luminárias, lâmpadas e estruturas pré-molda-

das. A reportagem tentou contato com a empresa, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria.

O jornal Tribuna de Anápolis encaminhou questionamentos formais à Prefeitura, solicitando esclarecimentos sobre a base legal da contratação, a comprovação de preços de mercado e os critérios técnicos que justificaram a adesão à ata. Também foi pedida uma explicação sobre as medidas de transparência que serão adotadas para evitar novas ocorrências semelhantes.

Até o fechamento desta edição, porém, a Prefeitura de Anápolis também não respondeu aos questionamentos. O espaço segue aberto para manifestação oficial.

Enquanto isso, o assunto expõe sobre o uso recorrente de atas de registro de preços para contratações de grande valor no município. Essa modalidade é permitida por lei, mas deve seguir critérios técnicos rigorosos e comprovar vantagem econômica ao ente público. No entanto, a falta de justificativas claras e de estudos comparativos têm gerado suspeitas de sobrepreço e deficiências no planejamento.

O contrato de iluminação pública é, até agora, um dos mais elevados da atual gestão, e o resultado da auditoria pode impactar diretamente a política de contratações da Prefeitura. Caso as irregularidades sejam confirmadas, o processo poderá resultar em sanções administrativas e devolução de valores aos cofres municipais. O TCM-GO afirmou que prossegue na apuração e o MPC acompanha o andamento das investigações.

## SECRETARIA

## Primeira-dama ganha cargo no Executivo

O prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa, nomeou sua mulher, Carla Bernardes Lima Corrêa, para ocupar a Secretaria de Assistência e Políticas Sociais de Anápolis. A nomeação da primeira-dama foi publicada em edição suplementar do Diário Oficial do Município.

A pasta que a primeira-dama vai comandar é respon-

sável pelo atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade. Para auxiliá-la, foi designada Eliane Pereira dos Santos, que deixou a Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) para atuar na nova pasta. Jordana de Faria Pena, que ocupava a Secretaria de Assistência e Políticas Sociais, deixou a Prefeitura.

Para o cargo de titular da

Semusa ainda não há definição. Egressa da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Eliane possui mais de 30 anos de experiência na saúde pública e é reconhecida pelo trabalho com pessoas com deficiência, em especial crianças com autismo. As mudanças foram confirmadas pelo prefeito em vídeo em suas

redes sociais.

“Ela (Carla) assume essa missão sensível às demandas das pessoas que mais precisam da ajuda do poder público e comprometida em transformar boas ideias em resultados concretos para quem mais precisa”, assegurou o prefeito.

“Ao seu lado estará a doutora Eliane, profissional com

mais de três décadas dedicadas à saúde pública e ao acolhimento de pessoas com deficiência, especialmente crianças com autismo. Uma trajetória marcada por amor, competência e compromisso com o serviço público. Anápolis segue avançando com uma rede social mais forte, humana e presente”, concluiu Corrêa.

# ESCOLA

## INCLUSÃO COMPULSÓRIA

# Como uma medida inclusiva pode deixar milhares sem acesso

Reprodução/Apae Goiânia



**Crianças atendidas em unidade da APAE: impacto da medida extrapola a esfera educacional**

Governo Federal direciona matrículas para a rede regular, ameaçando o modelo de escolas especializadas e levantando debates sobre o direito de escolha das famílias e o suporte a estudantes com demandas intensivas

### Dhayane Marques

O Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, estabelece a meta de universalizar a matrícula de estudantes com deficiência em classes comuns do ensino regular. A norma, publicada na última semana, determina que todas as novas matrículas sejam feitas nesse ambiente, posicionando as escolas especializadas, como as APAEs, em um papel complementar de apoio. O decreto impacta um universo de 14,4 milhões de pessoas com deficiência identificadas no Censo de 2022, além de 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo.

Especialistas apontam que o texto legal pode resultar no esva-

ziamento progressivo de instituições especializadas. Essas entidades, que atuam há décadas, oferecem atendimento pedagógico integrado a terapias. A rede regular de ensino, em muitas localidades, não dispõe da mesma estrutura multiprofissional para oferecer suporte contínuo a estudantes com deficiências intelectuais, múltiplas ou transtorno do espectro autista (TEA) de nível 3. A preocupação é agravada pelos dados do Censo que revelam que 63,1% das pessoas com deficiência com 25 anos ou mais não completaram o ensino fundamental, indicando históricas barreiras educacionais.

Para o pesquisador Lucelmo Lacerda, doutor em educação, o decreto contradiz a legislação vigente. Ele afirma que a medida ignora evidências científicas e pode prejudicar o desenvolvimento de crianças que necessitam de apoio intensivo. A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional preconizam o atendimento "preferencialmente" na rede regular, mas não de forma exclusiva.

### SAIBA MAIS

#### A Inserção da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho Formal (2024)

- ✓ Total de PcDs e Reabilitados Empregados: 545.940 (Fonte: eSocial/MTE, jan/2024).
- ✓ Contratações em 2023: 142.618 novas admissões.
- ✓ Perfil de Gênero: 62,5% dos empregos são ocupados por homens (341.392) e 37,5% por mulheres (204.548).
- ✓ Distribuição por Raça: 54,2% se declararam Brancos (102.026) e 45,8% se declararam Negros (agregando Pretos e Pardos - 86.159).
- ✓ Foco em Grandes Empresas: 93% dos trabalhadores com deficiência estão em empresas com mais de 100 empregados, onde a Lei de Cotas é mais fiscalizada.
- ✓ Média Salarial (2024):
- ✓ Homem com deficiência: R\$ 1.637,50
- ✓ Mulher com deficiência: R\$ 1.411,77
- ✓ Escolaridade: Mais da metade dos trabalhadores tem ensino médio completo.

Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Um dos pontos centrais da crítica reside na supressão do direito de escolha das famílias. A imposição de um formato único de escolarização, sem considerar as necessidades individuais do estudante, é citada como um retrocesso. Famílias de pessoas com maior comprometimento funcional manifestam preocupação com a desassistência,

especialmente para os 2,4 milhões de autistas agora oficialmente contabilizados.

A capacitação de profissionais da educação regular é outro aspecto sob análise. O decreto estabelece um programa de 80 horas para professores, sem exigência de formação específica em educação especial. Especialistas questionam a sufi-

ciência dessa carga horária para preparar docentes para a complexidade do atendimento, considerando o amplo espectro de deficiências e a disparidade educacional histórica desse público.

A reação política ao decreto mobiliza o Congresso Nacional. O senador Flávio Arns apresentou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 845/2025, que busca sustar os efeitos da norma. A argumentação sustenta que a medida impõe a inclusão obrigatória sem garantir a estrutura necessária para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) contínuo.

Instituições representativas, como a Federação Nacional das APAEs (FENAPAES), emitiram notas técnicas repudiando o decreto. O movimento apaeano argumenta que a coexistência entre a rede regular e a especializada é fundamental para um sistema educacional verdadeiramente inclusivo. A entidade defende o modelo de pluralidade de ofertas para atender a um público tão diverso.

O impacto da medida extrapola a esfera educacional e conecta-se ao mercado de trabalho. Dados do Ministério do Trabalho mostram que, em 2023, 142.618 pessoas com deficiência foram contratadas no mercado formal. No entanto, a inserção laboral ainda é um desafio, com 545.940 mil PcDs e reabilitados empregados formalmente em 2024 — um número que, embora tenha crescido devido à fiscalização da Lei de Cotas, ainda representa uma fração dos mais de 14 milhões de pessoas com deficiência no país. A qualificação oferecida por instituições especializadas é considerada um fator crucial para ampliar esta inserção.

## Goiás manifesta repúdio e destaca papel das APAEs

A Assembleia Legislativa de Goiás aprovou uma moção de repúdio ao Decreto Federal nº 12.686/2025. O deputado Issy Quinan (MDB), ao usar a tribuna, classificou a medida como "um retrocesso" e a descreveu como "atitude bizarra, bisonha, canhestra, estapafúrdia". O parlamentar afirmou que o decreto "penaliza de maneira severa o funcio-

namento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes)", referindo-se aos autores da medida como "políticos enfiados em gabinetes, incapazes de defender os mais vulneráveis".

A Federação das APAEs do Estado de Goiás (FEAPAES-GO) emitiu comunicado oficial endossando a posição da FENAPAES. O pre-

sidente da federação, Albair Pereira Santana, declarou que o decreto "relega as escolas especializadas ao papel acessório" e ignora a legislação que garante a oferta de ensino especializado quando necessário.

As APAEs em Goiás atuam em quatro eixos: educação, saúde, assistência social e capacitação para o trabalho. Os serviços incluem atendi-

mento terapêutico, escolarização, oficinas profissionalizantes e suporte às famílias. A atuação visa promover a inclusão social e a defesa de direitos, enfrentando as barreiras educacionais destacadas pelos dados do Censo e preparando os alunos para a inserção no mercado de trabalho.

A nota técnica da FENAPAES sustenta que o decreto

é incompatível com a Constituição e a LDB. O documento defende que a "preferência" pela rede regular não pode ser convertida em "exclusividade". A federação apoia o PDL 845/2025, no Senado, que busca suspender os efeitos do decreto federal, argumentando que a medida não leva em conta a complexidade revelada pelos números oficiais.



## Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

### Sem patrocínio, Aparecidense pode encerrar atividades

Esse foi o desabafo do presidente do Clube, Wilson Passarinho, ao falar da temporada difícil da Aparecidense, que, mesmo com muitas dificuldades, fez uma boa campanha na Série D. Nos bastidores, a Aparecidense vive um momento financeiro extremamente complicado. Em entrevista à Rádio Bandeirantes de Goiânia, Passarinho falou da falta de patrocínio da Prefeitura Municipal, o que, segundo ele, para um Clube do interior é um desastre.

O presidente projeta um campeonato goiano de grandes dificuldades. Dessa forma, a solução é simples: "Ou viramos uma SAF ou fechamos as portas", disse Passarinho. Segundo o dirigente, "felizmente existe uma negociação bem encaminhada junto a um banco digital mineiro, e creio eu que, ainda este ano, poderemos concluir o processo de transformação da Aparecidense em SAF. Wilson Passarinho disse ainda que a dívida do Clube gira em torno de dois milhões e duzentos mil reais. O estado crítico da saúde financeira do Clube causa impactos desde as categorias de base até a equipe profissional.

**Sem time para o campeonato** - Até o momento, a Aparecidense é o único participante do campeonato goiano que não contratou nenhum jogador ou membro da comissão técnica para o Goianão de 2026, portanto, temos que nos apegar a essa SAF para não fecharmos as portas de vez", disse Passarinho. A continuar assim, no próximo ano, a tendência é que o Camaleão dis-



Campeã brasileira da Série D, Aparecidense pode encerrar atividades

pute apenas os campeonatos estaduais sub-17 e sub-20. "Não há como sustentar todos os jogadores desde o sub-13", disse o Presidente.

Procurado pelo presidente da Aparecidense, o Prefeito Leandro Vilela negou qualquer possibilidade de ajuda da Prefeitura na forma de patrocínio para a Aparecidense. Alegou que encontrou a Prefeitura Municipal em situação muito difícil, com muitas dívidas da gestão anterior que ainda estão sendo pagas pela administração atual. Segundo Passarinho, equipes do interior precisam do apoio do poder público municipal para se viabilizar, caso contrário, tem que fechar. Diante dessa realidade, Wilson Passarinho não vê alternativa para a Aparecidense, ou acerta a entrada da SAF ou não participa do campeonato goiano, nem das demais competições do calendário do próximo ano.

### Atlético já começou a reformulação para 2026

Sem possibilidades de acesso à Série A, o Atlético Goianiense apenas cumpre tabela nas quatro partidas que restam para encerrar o campeonato brasileiro da Série B. Sem perspectivas no restante da temporada, o presidente Adson Batista já iniciou o processo de reformulação do elenco para 2026, começando com o volante Castro, de 30 anos, que foi contratado junto ao Strongest, da Bolívia, time pelo qual jogou a Copa Libertadores.

Castro foi contratado para atuar como zagueiro e volante, mas não se firmou no time principal, jogou apenas quatro partidas como titular do time rubronegro, mas em nenhuma dessas partidas, atuou os 90 minutos. Além de Castro, o Atlético já está definindo quais jogadores vão deixar o Clube e também aqueles que vão permanecer. Por enquanto, a Diretoria evita falar em nomes, mas a reformulação do elenco vai ser significativa. Cerca de 22 atletas têm vínculos terminando no final deste ano. Todos serão observados por Adson



Volante Castro, o primeiro a deixar o Dragão

Batista nestas quatro partidas que restam ao time na Série B, quem aproveitar melhor as oportunidades poderá ter seus contratos renovados.

✓ Depois de 34 rodadas, o Vila Nova tem sua segunda pior campanha desde seu retorno à Série B. O Tigre ocupa a 12ª posição com 44 pontos conquistados em 11 vitórias, 11 empates e 12 derrotas.

✓ Já pensando na temporada de 2026, o Vila acertou a saída do volante Miticov, de 23 anos. O atleta não estava sendo aproveitado pelo técnico Umberto Louzer e deve se apresentar ao Betim-MG, dono de seus direitos federativos.

✓ As eleições para o Conselho do Vila Nova estão marcadas para o dia 17 de novembro. O novo presidente vai marcar a data para eleição da nova diretoria executiva.

✓ O árbitro goiano Wilton Pereira Sampaio aparece na lista dos 25 que vão disputar o prêmio de melhor do mundo. Raphael Claus

é outro brasileiro que concorre ao título máximo da arbitragem mundial.

✓ A definição vai acontecer no próximo dia 10 de dezembro, sendo que o Júri internacional será composto por membros da IFFHS - International Federation of Football Statistics, jornalistas esportivos e especialistas do futebol de 120 países.

✓ Durante participação no programa Boleiragem, da Rádio Bandeirantes, Adson Batista mandou recado para o Goiás dizendo para não confiar em vitórias do Atlético, se quiser se classificar para a Série A.

✓ "Esse povo não tem alma, não tem espírito", disse Adson se referindo aos jogadores do Atlético, que não se empolgaram com a premiação de R\$ 10 milhões oferecida a eles pela classificação à elite do futebol brasileiro.

## CULTURA

### Diversão e ARTE

Vinicius Borges

marcosborges710@gmail.com

### Vaca Amarela 2025 celebra a cena goiana e reafirma a força da música independente

O Festival Vaca Amarela chega à sua 24ª edição celebrando a cena musical goiana e reafirmando seu papel como um dos principais espaços de resistência da música independente no país. Nos dias 8 e 9 de novembro, o evento toma conta da Roxy e do Open Air com um line-up inteiramente formado por artistas locais, como Black Drawing Chalks, Johnny Suxxx e as Panteras, Aurora Rules e Maaju. Sem patrocínios ou leis de incentivo, o festival mantém seu espírito autêntico e colaborativo, abrindo espaço para novos nomes e parcerias inéditas.

Em 2026, o Vaca Amarela completa 25 anos e promete uma edição histórica em celebração a um quarto de século de independência e criatividade goiana.



Divulgação

### Festival do Limão Taiti promete preparar a maior caipirinha do mundo em Anhanguera

O município de Anhanguera se prepara para mais uma edição do Festival Gastronômico do Limão Taiti, que promete movimentar a cidade com sabor e criatividade. A grande atração será a preparação da "maior caipirinha do mundo", feita na betoneira e utilizando o limão Taiti como estrela principal. Além da famosa bebida, o evento reúne pratos doces e salgados da culinária local, que disputarão prêmios em diferentes categorias. A festa valoriza a gastronomia regional, impulsiona a economia e oferece novas oportunidades de negócio para empreendedores do município.



Divulgação

### Goiania recebe espetáculo "Ecdise", da Giro8 Cia de Dança

A Giro8 Cia de Dança celebra 14 anos com a estreia de "Ecdise", nos dias 6 e 7 de novembro, às 20h, no Teatro Goiânia, com ingressos pelo Sympla. Dirigido por Joisy Amorim, o espetáculo propõe uma experiência sensorial e ritualística, inspirada em "A Paixão Segundo G.H.", de Clarice Lispector, convidando o público a explorar limites e transformações do ser. Com elenco formado por Ana Silva, Luiza Bragança, Márcio Vitorino, Pedro Soares, Philippe Mor, Tiago Ferreira, Uoston Alcântara e Yasmin Rodrigues, a obra marca um ponto de virada da companhia, mais abstrato e introspectivo, reafirmando sua presença na dança contemporânea nacional e internacional.



Louiza Vasconcelos

### "Poderosas do Cerrado" chegou na Globoplay nesta quarta-feira

O doc-reality "Poderosas do Cerrado" mostra o cotidiano de seis mulheres da alta sociedade de Goiânia: Roseli Tavares, Thaily Semensato, Layla Monteiro, Cristal e Tana Lobo, e Andréa Mota. Entre luxo, negócios e vida no campo, a série revela o poder feminino, os desafios e a influência dessas goianas, combinando humor, drama e cenas da rotina familiar. A produção é da BOXFISH, dirigida por Rico Perez, com roteiro de Ed Cruz, e será disponibilizada em três levas no streaming; no GNT, vai ao ar às segundas e quintas, às 21h45.



Maurício Fidalgo / Divulgação GloboPlay